

Magnífico Reitor, Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado,  
Professora Florisbela Câmara, Vice-Reitora,  
Meus colegas Pró-Reitores, Professores, Servidores,  
Senhoras e senhores,  
Nossa querida homenageada, Lia de Itamaracá,

Começo este discurso com uma estória, pequena e verídica.

Estávamos na década de oitenta, na Ilha de Itamaracá, mais especificamente no Forno da Cal, onde passávamos o verão. O aparelho de som ainda era um daqueles “três em um”: toca-discos, toca-fitas e rádio.

A estação tocava música pernambucana – mais do que hoje, diga-se de passagem – e, ainda criança, percebi um som diferente, como uma batida, e sem que ninguém falasse nada, sem que ninguém combinasse nada, meus tios começaram a formar uma roda, deram-se as mãos e começaram a girar.

Minha mãe me puxou pelo braço, as pessoas abriram a roda, e logo ela começou a me ensinar o movimento das mãos, que vão e vêm, enquanto os pés fazem um pequeno traçado. “Pise devagar no chão, depois, na hora da batida, pise com força, e assim novamente”, lembro-me disso até hoje.

A esta altura nem preciso dizer a todos qual a música que tocava no rádio. Todos sabem: “eu estava na beira da praia, ouvindo as pancadas das ondas do mar / esta ciranda quem me deu foi Lia, que mora na Ilha de Itamaracá”.

Se pudéssemos ouvir todos os presentes a esta solenidade, quantas estórias semelhantes não seriam contadas? Quantas memórias afetivas foram criadas ao som da ciranda.

Esta canção, para nós, há muito deixou de ser apenas uma música para ser um símbolo, um patrimônio imaterial, um atestado de pertencimento. É como Asa Branca, de Luiz Gonzaga, ou o Frevo n. 1, de Antônio Maria, ou Voltei Recife, de Capiba: podemos estar em qualquer lugar do mundo, em qualquer lugar da face da Terra, e na mesma hora o nosso coração se dirige para Pernambuco, instantaneamente para Pernambuco e para as suas tradições, com alegria e com carinho, quando não com saudade.

É hora de agradecermos a Lia, pela ciranda que nos deu e que, espero, daqui a pouco nos dê novamente, e que isso se repita por muitos anos.

A Universidade Federal de Pernambuco prevê em seu estatuto, logo no artigo terceiro, o seu compromisso com a “valorização da cultura e das manifestações artísticas e populares”. É este o sentido desta sessão solene.

Nosso credo de cada dia não se limita à fé na ciência, nos estudos técnicos, naquilo que alguns chamariam de um saber “acadêmico”. Acreditamos na pluralidade de saberes, todos, sem hierarquias, com a sua devida importância. Recebemos com admiração, respeito e profundo interesse, as manifestações artísticas do nosso povo.

Para nós, o conhecimento científico não é a única forma de educação. Para nós, a cultura popular não é objeto apenas de datas comemorativas, não é apenas uma cultura de Dia do Índio, de São João ou da Consciência Negra. Para nós, a cultura popular é algo que essencialmente nos nutre, algo que se incorpora à nossa substância, algo que nos constrói em nossa identidade.

Quando um artesão modela o couro, a madeira, o tecido ou o barro, quando os maracatus desfilam pelas ruas com os seus estandartes no ar, quando os passistas traçam as suas tesouras, quando os caboclinhos, os cocos, os blocos, os reisados, os cavalos marinhos – e tantos outros – vêm à rua ou ao palco cantar e dançar as suas tradições, é Pernambuco que se mostra. É o Nordeste. Somos nós.

São pessoas como Lia que formam e que preservam a nossa própria identidade: que nos mantêm ligados afetivamente à nossa terra e à nossa gente, não obstante os tempos difíceis em que vivemos.

Por isso não nos causou nenhuma surpresa a sinergia por trás desta sessão solene. Vários setores da Universidade se reuniram, com muito carinho, para trazer a público esta homenagem.

A ideia surgiu em uma conversa com a professora Cristiane Galdino, do Departamento de Música, e logo recebeu o apoio da Direção do Centro de Artes e Comunicação, nas pessoas de Walter Franklin e Murilo Silveira. Vários outros professores, de vários outros centros acadêmicos se juntaram à iniciativa, que recebeu dois belos pareceres, da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, com Luís Reis e Christina Nunes, e da Comissão de Títulos, tendo à frente a Professora Florisbela Câmara, a Professora Eduarda Larrazábal, entre outros colegas.

Por onde o processo passou, recebeu um tratamento ágil e afetuoso dos técnicos da Universidade, dos vários setores, ultimando-se aqui com o nosso cerimonial.

Lembrou-me do poema de João Cabral de Melo Neto: “Um galo sozinho não tece uma manhã: / ele precisará sempre de outros galos. / De um que apanhe esse grito que ele / e o lance a outro; de um outro galo / que apanhe o grito de um galo antes / e o lance a outro; e de outros galos / que com muitos outros galos se cruzem / os fios de sol de seus gritos de galo, / para que a manhã, desde uma teia tênue, / se vá tecendo, entre todos [os galos]”.

A manhã nasceu. Nestes tempos sombrios, uma manhã nasceu, clara e luminosa, para abraçar Lia de Itamaracá.

Coincidência ou não, a palavra “Itamaracá”, que Lia carrega no seu nome, no seu endereço e no seu coração, vem do tupi e significa “pedra que canta”: Lia de Itamaracá, assim, é “Lia da Pedra que Canta”. Gosto particularmente dessa imagem, pois se ajusta com perfeição às pancadas das ondas do mar, que marcam o ritmo da sua ciranda. Daquela ciranda que lá atrás, eu aprendi com a minha mãe.

Por sinal, não há como se falar em Lia sem se falar na ciranda. Esta homenagem a Lia de Itamaracá é também, por extensão, uma homenagem a esse ritmo e a essa dança.

É uma pena que a ciranda não conste no Vocabulário Pernambucano, de Pereira da Costa, nem do Manifesto Regionalista, de Gilberto Freyre. Lá se fala no frevo, no coco, no baião, mas não na ciranda.

Entretanto, ela é, talvez, uma das danças mais democráticas da nossa cultura.

Diferente de outras, como o frevo e o baião, na ciranda não se pode dançar sozinho, nem mesmo dançar a dois: a ciranda é necessariamente coletiva. Também não se pode dançar “solto”: na ciranda é preciso se darem as mãos, uns aos outros, sem protagonismos nem superioridades. Todos vão e vêm, de mãos dadas, no mesmo passo, no mesmo ritmo.

E como lembrava o professor Evandro Rabello, o número de participantes de uma ciranda é ilimitado: a ciranda cabe tanto na beira da praia, quanto em um galpão, um terreiro ou um salão fechado.

Capiba registrou muito bem esse sentimento, quando dizia que, “para se dançar ciranda, juntamos mão com mão, formando uma roda, cantando esta

canção”. Por isso “minha ciranda não é minha só, é de todos nós, é de todos nós” (“Minha ciranda”).

Lia também já cantou: “A ciranda é uma dança do povo / Em Pernambuco é original / O conjunto toca a melodia / O povo vem participar / De mãos dadas formam logo uma ciranda / E começam a cirandar / Que coisa linda, que coisa bela, / é ver o povo participar” (“Ciranda, dança do povo”).

Fico imaginando, Lia, como deve ter sido aquela ciranda de centenas de jovens, no Abril Pro Rock, lá na década de noventa, ou levar a ciranda de volta para a Europa, logo depois. Digo de volta, porque Câmara Cascudo, no seu Dicionário de Folclore Brasileiro, já havia dito que “se a roda girar de mãos dadas, a origem não é africana, nem ameríndia. É da Europa...”.

Fico imaginando como foi se ver reproduzida naquela boneca de Olinda. Dizem que Botelho a fez quase em tamanho natural, porque a homenageada tem mais de um metro e oitenta de altura. Como foi se ver ali, vestida de azul, com a faixa no cabelo e aquele sorriso aberto. Dizem que ficou tão parecida que só falta à boneca dizer um “ai, mamãe!” e soltar uma risada.

Fico imaginando, Lia, como foi receber do The New York Times o título de “Diva da música negra”. Isso sendo negra e mulher, vivendo em um contexto onde a nossa cultura – inclusive a nossa própria cultura popular, infelizmente – ainda reproduz traços do machismo e do racismo tão endêmicos no nosso país.

Há pouco dei-me conta de que nossos artesãos e músicos são normalmente chamados de Mestres. Assim como Mestre Salustiano, Mestre Nado, Mestre Aprígio, Mestre Nuca, Mestre Saúba, para mencionar apenas alguns outros Patrimônios Vivos de Pernambuco.

Há algo de errado nisso? Em chamá-los de mestres? Claro que não. De forma alguma. Ninguém duvida de que são verdadeiros mestres e que temos muito a aprender com eles em suas especialidades. Espero, inclusive, que no futuro próximo outros estejam aqui também, ocupando o palco e recebendo justas homenagens.

O que me incomoda é ver que às mulheres nunca se deu semelhante tratamento. Dona Selma do Coco, Dona Duda, são donas, não mestras. Ana das Carrancas era apenas Ana: nem mestra, nem dona. Lia também. Por quê? Por que ninguém as chama de Mestra Selma, Mestra Duda, Mestra Ana, Mestra Lia, se ninguém duvida da sua grande contribuição à nossa cultura, se ninguém duvida da sua competência e da sua representatividade.

Deixo pendente essa pergunta para que todos e todas aqui presentes possam refletir como, por vezes, reproduzimos alguns preconceitos.

No mais, é hora de acabar. É hora de dizer, com o coração cheio de júbilo: Lia, se o preconceito de alguns a privou, até então, de ser chamada de mestra, agora é oficial: você é doutora! Doutora de papel passado! Doutora por mérito próprio: por tudo aquilo que criou, que difundiu, que preservou. Por tudo aquilo que ainda hoje cria e pelo que ainda vai criar.

É com muita alegria que estamos aqui hoje. Reitero: vivemos tempos difíceis, mas, como dizia o poeta, “algo de beleza é uma alegria para sempre”.

Sei que você não precisa disso: somos nós que precisamos. Neste ano da graça de dois mil e dezanove, por ocasião dos seus setenta e cinco anos, receba nossa admiração, nosso carinho e nossa homenagem.

Perdão por não trazer um discurso clássico, cheio de citações e palavras difíceis. Acredito que o afeto e a gratidão nos definem. Foram o afeto e a gratidão que nos trouxeram, todos e todas, aqui.

Receba nosso abraço. Muito obrigado.

Francisco Barros

Professor da Faculdade de Direito do Recife